

RELATÓRIOS DCA/3.670-14

OPERAÇÃO AMAZONIA NATIVA – OPAN
CNPJ: 93.017.325/0001-68

AUDITORIA INSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO DE 2013

DCA/3.670-14/AUD/REL

Aparecida de Goiânia-GO, 30 de julho de 2014.

A
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA – OPAN

At.: Diretoria

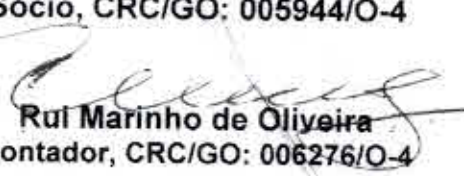
Prezados Senhores,

Vimos pela presente encaminhar-lhes o relatório correspondente à auditoria realizada nas Demonstrações Financeiras da Operação Amazônia Nativa – OPAN, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para prestar esclarecimento que se fizer necessário.

Atenciosamente,


Valdir Mendonça Alves
Sócio, CRC/GO: 005944/O-4


Rui Marinho de Oliveira
Contador, CRC/GO: 006276/O-4

SUMÁRIO

I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
II – INTRODUÇÃO	7
II.1 – Entidade Jurídica e Representantes Legais	7
III – OCORRÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES	8
III.1 – Follow-up do relatório anterior (ocorrências e recomendações)	8
III.1.1 – Créditos Tributários a Recuperar	8
III.1.2 – Saldos Pendentes de Conciliações	9
III.1.3 – Do saldo a pagar de 13º Salário	9
III.1.4 – Das inconsistências nas DCTFs Apresentadas	10
III.1.5 – Circularização do Jurídico	10
III.2 – Ocorrências do período analisado	11
III.2.1 – Ausência do Teste de Recuperabilidade dos Ativos (Impairment)	11
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
V – A N E X O S	13
V.1 – Balanço Patrimonial	13
V.2 – Demonstração do Superávit / Déficit do Exercício	15
V.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
V.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	18
V.5 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	19

I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN

At.: Diretoria

Prezados Senhores;

Examinamos as demonstrações financeiras da OPAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit / déficit, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, bem como as notas explicativas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da OPAN é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião dos auditores independentes

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Operação Amazônia Nativa - OPAN em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Operação Amazônia Nativa – OPAN, para o período analisado não efetuou os testes de recuperabilidade de seus ativos, conforme preconizado no pronunciamento técnico da CPC 01 (R1), aprovado pela Resolução CFC 1292/10, tendo aplicado as taxas de depreciações pelo critério da legislação fiscal e calculado sobre o saldo registrado em cada conta do imobilizado.

Outros Assuntos de Interesses dos Auditores

As Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31/12/2012 foram auditadas por nós, tendo sido emitido opinião sem ressalva, datado de 04/02/2014.

Aparecida de Goiânia, 30 de julho de 2014.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº 757/O-6

Valdir Mendonça Alves
Sócio, CRC-GO 005944/O-4



Rui Marinho de Oliveira
Contador, CRC/GO: 006276/O-4

II – INTRODUÇÃO

Os procedimentos de auditoria foram desenvolvidos segundo as orientações técnicas do Conselho Federal de contabilidade (CFC), do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e consistiram no exame das Demonstrações Financeiras, bem como na avaliação dos procedimentos e dos controles internos adotados, que envolvam a área contábil e financeira, com enfoque especial aos centros de custos criados para registrar de forma segregada as operações decorrentes dos inúmeros projetos administrados pela OPAN, tudo, com vistas a permitir a emissão de um parecer formal sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Assim, em nossos exames, foram verificados os procedimentos contábeis adotados, a idoneidade dos documentos probantes das operações realizadas e a política adotada para aplicação dos recursos, considerando as disposições estatutárias e as normas legais pertinentes, especialmente aquelas inerentes às Instituições sem fins lucrativos.

Vale ressaltar, que, ao longo de nossos trabalhos de auditoria, levantamos, comentamos e fizemos recomendações sobre a regularidade no seguimento à legislação trabalhista e tributária, especialmente quanto à contratação de empregado, à retenção, cálculo e recolhimento de encargos e impostos, assim como a escrituração contábil dessas operações, tendo concluído pela emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas.

II.1 – Entidade Jurídica e Representantes Legais

A Operação Amazônia Nativa – OPAN é uma entidade civil sem finalidade econômica, fundada em 06.02.69, com sede e foro na Avenida Ipiranga n.º 97, Bairro Goiabeira, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso – Brasil, CEP 78.032.035, caixa postal 20, devidamente inscrita no CNPJ n.º 93.017.325/0001-68.

Representantes legais

Nome	Função
Edmundo Antônio Peggion	Presidente
Marcelo Carlos Moreira	Tesoureiro
Fernando Penna Sebastião	Secretário
Ivar Luiz Vendrusculo Busatto	Coordenador Geral
Maria Dolores Campos Rebollar	Coordenadora Técnica
Rochele Fiorini	Coordenadora Financeira

Os representantes legais acima listados possuem mandato entre 02/2013 a 02/2017.

III – OCORRÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES

III.1 – Follow-up do relatório anterior (ocorrências e recomendações)

Conforme exigências das normas de auditoria, o seguimento de *Follow-up* tem por finalidade levantar os pontos de controle identificados pela auditoria anterior e avaliar se as medidas tomadas pela administração da OPAN foram suficientes para sanar as inconformidades que foram detectadas anteriormente.

Como resultado de nossas avaliações verificamos que algumas das situações comentadas em nossos relatórios anteriores ainda estão pendentes de regularização, conforme comentaremos a seguir.

III.1.1 – Créditos Tributários a Recuperar

Comentamos no relatório anterior, sobre a existência de créditos de tributos a recuperar registrados na contabilidade da Instituição, sendo que os saldos desses créditos vinham se mantendo, bem como aumentando a cada exercício.

Em nova análise, verificamos que em 2013 a entidade regularizou os créditos de exercícios anteriores, tendo sido registrados novos créditos, conforme demonstrado abaixo:

Conta	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2013
INSS	2.392,17	-
PIS	817,45	-
ISS	1.026,42	-
IRRF	10.971,47	44,45
FGTS	4.617,38	6.544,91
Totais	19.824,89	6.589,36

Comentários da OPAN sobre a situação atual dos créditos acima

- IRRF R\$ 44,45 Projeto Misereor Formad compensado em 16/05/2014 conforme Declaração de Compensação nº 40204.62966.160514.1.3.04-0285
- FGTS a Recuperar R\$ 6.544,91, Protocolizado em 29/04/2014 processo Solicitação devolução de FGTS Junta Caixa Econômica Federal.

III.1.2 – Saldos Pendentes de Conciliações

Nas auditorias anteriores havíamos comentado sobre a existência de saldo em contas não movimentadas tanto no ativo quanto no passivo, sendo que esses saldos são remanescentes de exercícios anteriores. Na ocasião recomendamos que fossem efetuadas conciliações nas contas identificadas, no intuito de verificar se os saldos estão demonstrados corretamente na contabilidade e, caso necessário, efetuar os ajustes cabíveis.

Ao analisarmos novamente os registros contábeis do exercício de 2013 verificamos que a inconformidade apontada acima foi regularizada integralmente em 2013.

III.1.3 – Do saldo a pagar de 13º Salário

No relatório anterior referente ao exercício de 2012, observamos que embora a entidade tenha quitado o décimo terceiro salário, contudo, consta no passivo saldo em aberto, pendente de pagamento no valor de R\$ 1.836,56, remanescente do exercício de 2010.

Na atual auditoria, verificamos que a inconformidade foi corrigida, estando referido saldo zerado em 31/12/2013.

III.1.4 – Das inconsistências nas DCTFs Apresentadas

No relatório anterior apontamos irregularidades nas DCTFs do exercício de 2011, quanto a pagamento informado a menor e sobre débito informado em duplicidade.

Na atual auditoria, não foi verificado a existência de novas inconformidades quanto às DCTFs apresentadas em 2013. Quanto às irregularidades nas DCTFs dos meses de março, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2011, as mesmas foram retificadas pela entidade em 12/12/2013.

III.1.5 – Circularização do Jurídico

Em decorrência das normas contábeis vigentes, exigirem provisão para contingências relacionadas a ativos-passivos incertos, quando o risco de ocorrer o evento que ensejará desembolso futuro, for maior que 50%, como procedimento de auditoria, emitimos solicitação à assessoria Jurídica da OPAN, solicitando esclarecimentos acerca de processos em andamento, tanto na área administrativa como judicial, informando-nos a fase do andamento processual e o valor em discussão, dentro dos parâmetros de possibilidades de sucumbência/Sucesso.

Em resposta à nossa solicitação, recebemos um relatório com informações de que atualmente a OPAN é parte em apenas um processo, no qual figura como autora e, trata-se de ação de indenização, visando o ressarcimento de prejuízos decorrente de atos ilícitos praticados por ex-funcionário da OPAN. A estimativa do advogado do processo à possibilidade de a OPAN reaver as importâncias requeridas na ação é remota, haja vista que, não obstante as chances de procedência da ação ser elevada, contudo, a dificuldade será a recuperação do valor em decorrência da situação econômica do réu, possivelmente, não possui renda e patrimônio para arcar com eventual condenação no processo.

O valor pleiteado na ação está reconhecido contabilmente como provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo montante de R\$ 60.710,59 (sessenta mil, setecentos e dez reais, cinquenta e nove centavos).

III.2 – Ocorrências do período analisado

Além das inconformidades comentadas no seguimento de follow-up, identificamos nova inconformidade com grau de relevância expressiva nas demonstrações financeiras da entidade, a qual passamos a relatar seguida de nossa recomendação.

III.2.1 – Ausência do Teste de Recuperabilidade dos Ativos (Impairment)

Durante nossos testes verificamos que a OPAN não efetuou os testes de recuperabilidade (impairment) dos seus ativos conforme exigências das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Verificamos, ainda, que as taxas utilizadas para depreciar esses ativos continuaram sendo aquelas definidas pela legislação fiscal, não obstante as regras atuais determinem sua adoção pelo prazo de vida útil econômica dos bens. Dessa forma, a ausência dos referidos testes de recuperabilidade nos impossibilitou de mensurarmos eventuais reflexos nas demonstrações financeiras da instituição.

Cumpre-nos observar que o teste de recuperabilidade, conforme previsto no Pronunciamento Técnico Nº 01 do CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) tem por objetivo possibilitar que a entidade apresente os valores de seus bens pelo valor real líquido de realização, bem como determine o seu prazo de vida útil econômica.

Na essência, o teste de recuperabilidade visa evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que o valor recuperável. Dessa forma, após sua adoção, em períodos subsequentes o mesmo deve ser aplicado somente para redução do valor contábil dos ativos, isto, quando ele indicar que o valor recuperável é inferior ao registrado na contabilidade.

Diante do exposto, recomendamos que a OPAN envide esforços para que o teste de recuperabilidade seja adotado e a partir daí, que anualmente, pelo menos uma vez, seja o mesmo aferido, atendendo desta forma as normas contábeis brasileiras e internacionais.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar documentos, relatórios e controles auxiliares que nos foram disponibilizados e aplicar os testes previstos pelas normas de auditoria, e obter as informações necessárias para fundamentar, verificamos que a OPAN, necessita implementar medidas para fortalecer os procedimentos de controles internos, principalmente, inerente ao seu departamento financeiro.

Assim, reiteramos nossas recomendações, para que sejam empregadas medidas, visando sanar as inconformidades identificadas, bem como, adotar outras medidas, visando evitar que elas ocorram novamente e também, diminuir os riscos que possam afetar o patrimônio da Instituição.

Comentários da administração da OPAN:

No ano de 2014 realizamos mudanças no setor financeiro a fim de fortalecer os procedimentos de controles internos, sendo: uma pessoa responsável pelas funções de cotações de preços e compras; outra pessoa pela conferência das solicitações e conciliações financeiras; outra pessoa responsável pelos lançamentos financeiros no sistema próprio da entidade e a coordenação financeira responsável pelos pagamentos, acompanhamento dos procedimentos financeiros e realização dos relatórios específicos.

Aparecida de Goiânia, 30 de julho de 2014.

DCA – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO: 00757

Valdir Mendonça Alves
Sócio, CRC-GO 005944/O-4



Rui Marinho de Oliveira
Contador, CRC/GO: 006276/O-4

V - ANEXOS

V.1 - Balanço Patrimonial

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE		1.438.568,14
DISPONIVEL		1.328.753,61
DEPOSITOS BANCARIOS A VISTA	351.553,54	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	361.553,54	
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	977.200,07	
BANCOS CONTA APLI FINANCEIRAS	977.200,07	
CREDITOS - DIREITOS A RECEBER	109.814,53	
CREDITOS ENTRE PROJETOS A RECEBER	12.559,22	
EMPRESTIMO ENTRE PROJETOS	12.559,22	
DEVEDORES POR ADIANTAMENTO	13.950,73	
VALORES A RECUPERAR	1.370,99	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDOR	6.825,99	
ADIANT. DESPESAS C/ PROJETO	5.752,75	
CREDITOS DE FUNCIONARIOS	10.861,10	
ANTECIPACAO DE SALARIOS	4.260,49	
ANTECIPACAO DE FERIAS	400,61	
EMPRESTIMOS A FUNCIONARIOS	6.200,00	
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	6.589,36	
IRRF A RECUPERAR	44,45	
FGTS A RECUPERAR	6.544,91	
PROVISOES DE PERDAS	65.854,12	
(-) PROV.P/CREDITOS DE LIQ.DUVIDOSA	65.854,12	
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.147.023,25	
INVESTIMENTOS	22.500,00	
OUTROS INVEST. PERMANENTES	22.500,00	
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	22.500,00	
IMOBILIZADO	1.124.523,25	
BENS EM OPERACOES - CUSTO CORRIG.	1.561.650,45	
INSTALACOES	1.250,00	
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	144.192,09	
PROGRAMAS DE COMPUTADOR(SOFTWARE)	6.431,97	
IMOVEIS	130.000,00	
CANOAS BARCOS E MOTORES	104.050,38	
EDIFICAÇÕES - CASAS	34.657,20	
TERRENOS E CASAS	530.000,00	
MAQUINAS E APARELHOS	187.551,79	
MOVEIS E UTENSILIOS	65.136,98	
VEICULOS	304.336,62	
FERRAMENTAS	15.356,00	
EQUIPAMENTO DE COMUNICACAO	35.943,42	
BIBLIOTECA	304,00	
APAR. P/ MANEJO APICOLA	2.440,00	
DEPREC.AMORT.EXAUST/ACUMUL CORRIG.	(437.127,20)	
(-) DEPRECIACAO INSTALACOES	(1.250,00)	
(-) DEPRE PROGRAMAS (SOFTWARE)	(2.103,64)	
(-) DEPREC. MAQUINAS E APARELHOS	(73.687,81)	
(-) DEPREC. MOVEIS E UTENSILIOS	(34.237,60)	
(-) DEPRECIACAO VEICULOS	(193.688,66)	

(-) DEPREC. S/EDIFICACOES	(1.386,29)
(-) DEPRECIACAO CANOAS E BARCOS	(10.999,73)
(-) DEPREC.EQUIP.DE INFORMATICA	(95.955,99)
(-) DEPRECIACAO EQUIP. COMUNICACAO	(18.686,08)
(-)DEPRECIACAO APAR. MANEJO APICOLA	(2.440,00)
(-)FERRAMENTAS	(2.691,20)

TOTAL DO ATIVO

2.585.591,39DB

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

1.800.363,36

CREDORES POR FUNCIONAMENTO

1.800.363,36

FORNECEDORES	3.047,58
FORNECEDORES NACIONAIS	3.047,58
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.202,53
I.R.R.F. S/SERV. TERC. A RECOLHER	344,89
IR PESSOA JURIDICA A RECOLHER	60,00
ISS A RECOLHER	6.654,75
I.R.R.F. ASSALARIADO A RECOLHER	142,89
OBRIGACOES TRABALHISTAS E PREVIDEN	13.458,56
INSS A RECOLHER	13.322,56
FGTS A RECOLHER	136,00
OUTRAS OBRIGACOES	18.096,60
EMPRESTIMO ENTRE PROJETOS	12.559,22
SERV. PROF. AUTONOMO A PAGAR	1.089,06
SERVIÇOS PRESTADOS P. JURIDICA	3.470,21
REEMBOLSO DESPESAS C/ PROJETO	978,11
RECURSOS DE PROJETOS	1.758.558,09
REC. PROJ. CONSERV. BIODIVERSIDADE	96.659,15
RECEITA PROJ. MISEREOR FORMAD	23.257,36
RECEITA PROJETO MISEREOR MANOKI	27.033,80
REC. PROJETO FORT. E ORG. INDIGENA	73.137,18
REC. PROJETO RAIZES DO PURUS - PETROBRAS	920.163,30
RECEITA PROJ. BERÇO DAS AGUAS II PETROBRAS	276.468,89
RECEITAS PROJETO MARAIWATSEDE II	93.792,54
REC. PROJ. FUNASA - 2004	576,24
REC. PROJETO MDA	235.965,74
RECEITAS PROJETOS CESE II	11.503,89

PATRIMONIO LIQUIDO

785.228,03

PATRIMONIO LIQUIDO

1.296.272,31

PATRIMONIO LIQUIDO	1.296.272,31
FUNDO INSTITUCIONAL	101.000,00
DOACOES E SUBVENCOES	1.195.272,31
PREJUIZOS ACUMULADOS	(511.044,28)
PREJUIZOS ACUMULADOS	(511.044,28)
SUPERAVIT ACUMULADO	28.044,80
DEFICIT ACUMULADO	(530.970,52)
AJUSTES CONTABEIS	(291,69)
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	(7.826,87)

TOTAL DO PASSIVO

2.585.591,39CR

V.2 – Demonstração do Superávit / Déficit do Exercício

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS

RECEITAS DE PROJETOS

ENTIDADES FINANCIADORAS

PROJETO MARAIWATSEDE I	2.956.677,67
PROJETO BIODIVERSIDADE - USAID	126,88
PROJETO BERÇO DAS ÁGUAS	578.848,45
PROJETO MDA	634.496,83
PROJETO FORT E ORG. INDIGENA	81.217,37
PROJETO MISEREOR MANOKI	956.570,34
PROJETO MISEREOR FORMAD	98.264,30
PROJETO MARAIWATSEDE II	90.738,23
PROJETO RAIZES DO PURUS - PETROBRAS	118.868,91
PROJETO CESE II	389.050,25

DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	8.496,11
DOAÇÃO	11.047,25
	11.047,25

2.967.724,92

Receita Líquida

2.967.724,92CR

Lucro Bruto

2.967.724,92CR

DESPESAS C/ MANUT. ATIVIDADES

DESPESAS FIXAS - SEDE

ÁGUA	(199.011,71)
ALUGUEL	(1.826,34)
ENERGIA ELÉTRICA	(420,00)
TELEFONE INTERNET	(8.355,39)
MANUT. CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	(21.598,15)
ALIMENTAÇÃO	(35.570,43)
COMBUSTÍVEIS	(978,13)
SERVIÇOS NOTORIAIS E FOTOCOPIAS	(922,67)
CUSTAS PROCESSUAIS E DIVERSAS	(2.182,08)
TRANSPORTES, FRETES E TÁXI	(17.695,46)
MANUT. EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS	(1.987,61)
COPA COZINHA E MAT. AUXILIAR	(6.089,86)
MATERIAL ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA	(337,06)
CORREIOS E MALOTES	(25.647,65)
SEGUROS DE VEÍCULOS	(8.981,55)
MANUTENÇÃO VEÍCULOS	(2.275,52)
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	(1.957,00)
AJUSTE CONTÁBEIS	(48.170,06)
DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	(6.729,36)
MONITORAMENTO E ALARME	(5.588,85)

DESPESAS FIXAS - ESC. REGIONAIS

ÁGUA	(90.202,27)
ALUGUEL	(517,17)
ENERGIA ELÉTRICA	(10.620,00)
TELEFONE E INTERNET	(3.560,02)
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	(21.232,81)
COMBUSTÍVEIS	(13.393,25)
SERVIÇOS NOTORIAIS E FOTOCOPIAS	(2.036,06)
TRANSPORTES, FRETES E TÁXI	(567,90)
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	(4.871,86)
	(4.043,00)

(2.839.549,17)

COPA COZINHA E MAT AUXILIAR	(766,50)
MATERIAL ESCRITORIO E INFORMATICA	(974,20)
CORREIOS E MALOTES	(136,59)
SEGUROS VEICULOS	(9.437,99)
MANUTENÇÃO VEICULOS	(13.684,92)
COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÃO	(4.360,00)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(7.787,63)
IPTU	(695,69)
ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO	(460,53)
TAXAS E EMOLUMENTOS	(280,44)
IPVA/SEG.OBRIG/LIC. VEICULOS	(1.708,75)
ITBI - IMPOSTO TRANSF BENS IMOVEIS	(1.600,00)
TRIBUTOS EVENTUAIS	(3.042,22)
DESPESAS COM PESSOAL	(908.179,20)
SALARIOS E ORDENADOS	(682.927,21)
BOLSA ESTAGIOS	(9.957,54)
FÉRIAS	(58.460,59)
13º SALARIO	(48.526,16)
RESCISÃO CONTRATUAL	(107.767,70)
MEDICINA TRABALHO	(540,00)
DESPESAS C/ BENEFÍCIOS	(28.255,52)
VALE TRANSPORTES	(1.201,44)
ASSISTÊNCIA MEDICA	(26.263,93)
SEGURO DE VIDA	(790,15)
ENCARGOS SOCIAIS	(381.282,81)
FGTS	(124.826,34)
PIS	(8.952,07)
INSS	(247.504,40)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(142.424,68)
HONORARIOS ADVOCATÍCIOS	(18.000,00)
HONORARIOS CONTÁBEIS	(55.552,90)
HONORARIOS AUDITORIAS	(22.790,00)
SERVIÇOS PRESTADOS	(46.081,78)
ENC. DE FORM. DE TRAB.(PMA E FORMAÇÕES)	(81.450,52)
DIÁRIAS	(6.750,00)
ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM	(15.938,24)
ASSESSORIA E CONSULTORIA	(17.870,00)
MATERIAL DIDÁTICO	(398,00)
TRANSPORTES, FRETES E TAXI	(3.386,48)
PASSAGENS	(37.107,80)
FÓRUMS E ENC. INSTITUCIONAIS	(11.248,09)
DIÁRIAS	(1.920,00)
ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM	(1.217,03)
ASSESSORIAS E CONSULTORIAS	(2.880,00)
COMBUSTÍVEIS	(154,74)
TRANSPORTES, FRETES E TAXI	(945,82)
PASSAGENS	(4.130,50)
ASSEMBLEIA SEM. INT. E REUNIÕES DIRETORIA	(18.008,05)
DIÁRIAS	(150,00)
ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM	(310,50)
COMBUSTÍVEIS	(1.629,87)
PASSAGENS	(15.180,29)
MATERIAL DIDÁTICO	(373,64)
TRANSPORTES, FRETES E TAXI	(363,75)
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	(971.698,69)
ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM	(121.061,36)

ASSESSORIAS E CONSULTORIAS	(174.839,95)	
COMBUSTÍVEIS	(86.093,36)	
MATERIAL DIDÁTICO	(8.645,74)	
TRANSPORTES, FRETES E TAXI	(33.516,50)	
PASSAGENS	(95.700,10)	
INSUMOS E FERRAMENTAS	(119.891,12)	
DIARIAS	(33.092,50)	
OUTROS SERV/MAT COMUNICAÇÃO	(282.935,49)	
OFICINAS E CAPACITAÇÕES	(2.123,65)	
INTERCÂMBIOS E ENCONTROS	(12.360,00)	
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	(1.438,92)	
RESULTADOS FINANCEIROS LIQUIDOS		16.611,69
DESPESAS FINANCEIRAS	(7.293,12)	
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS	(1.323,25)	
DESPESAS C/ CAMBIO	(692,72)	
DESCONTOS OBTIDOS	127,94	
DESPESAS BANCARIAS	(4.064,10)	
IMPOSTO S/ OPERAÇÃO FINANCEIRA	(1.215,65)	
IR S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	(125,34)	
RECEITAS FINANCEIRAS	23.904,81	
RECEITA SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA	31.196,47	
IR S/ APLICAÇÕES FINANCEIRA	(6.975,73)	
IOF - APLICAÇÃO FINANCEIRA	(315,93)	
RESULTADOS NAO-OPERACIONAIS		(152.614,31)
Resultado Oper. Antes Provisões		144.787,44CR
CORRECAO MONETARIA DO BALANCO		(123.687,31)
CORRECAO MONETARIA DO BALANCO	(123.687,31)	
ENCARGOS COM DEPRECIACAO	(123.687,31)	
GANHOS E PERDAS DE CAPITAL NOS INV		(28.927,00)
GANHOS E PERDAS CAP NO ATIVO DIF	(28.927,00)	
VENDA ATIVO IMOBILIZADO	29.200,00	
CUSTO DE VENDA ATIVO IMOBILIZADO	(58.127,00)	
Resultado Antes Prov. IR		7.826,87DB
Prejuízo do Exercício		7.826,87DB
Saldo Superávit Acumulados		R\$ 28.044,80
Saldo Déficit Acumulados		R\$ (530.970,52)
Saldo Ajuste Credores Períodos Anteriores		R\$ (291,69)
Déficit do Exercício		R\$ (7.826,87)
Superávit ou Déficit Acumulados		R\$ (511.044,28)

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenador Geral

Lauro José de Souza
CRC-TC/MT 006306/O-0

V.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Exercício 2011	Exercício 2012	Exercício 2013
CONTA: PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$	R\$	R\$
SALDO ANTERIOR:	1.192.991,41	732.987,57	689.789,51
(+) Ajuste Exercícios Anteriores		16.639,32	
(+) Fundo de Valorização de Imóvel		0,00	0,00
(-) Depreciação e Amortização exercícios anteriores		0,00	0,00
(+) Transferências Recebidas		0,00	103.280,90
(-) Transferências Enviadas		0,00	0,00
(+) Acréscimo/Decréscimo Patrimonial	(460.003,84)	(59.837,38)	(7.842,38)
SALDO ATUAL	732.987,57	689.789,51	785.228,03

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração
Cuiabá – MT., 31 de Dezembro de 2.013.

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenador Geral

Lauro José de Souza
CRC-TC/MT 006306/O-0

V.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Das Atividades Operacionais	
Receitas	3.058.661,04
Contas de clientes (liq)	9.100,57
Fornecedores	377.604,32
Outros ativos operacionais	1.981,98
Despesas operacionais	-2.913.873,60
Caixa Líquido Atividades Operacionais	533.474,31
Atividades de Investimento	
Investimentos	0,00
Ativo Imobilizado (liq)	-311.486,45
Ativos Intangíveis (liq)	
Caixa líquido Atividades de Investimentos	-311.486,45
Atividades de Financiamento	
Aporte de Capital	103.265,39
Emprést. e financiamentos	0,00
Outras contas financiamento	0,00
Despesas não operacionais	-73.580,00
Receitas não operacionais	44.653,00
Caixa Líquido Atividades Financiamento	74.338,39
Variação de Caixa	296.326,25
Caixa Inicial	1.032.427,36
Caixa Final	1.328.753,61

V.5 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

I – CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA Nº 01

Sediada na Cidade de Cuiabá – MT, a **OPAN** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, tendo por finalidade estatutária defender os direitos humanos, apoiar os povos indígenas, preservar o meio ambiente, valorizar o patrimônio cultural e desenvolver estudos antropológicos, sócio econômico e ambiental.

II – FORMA DE APRESENTAÇÃO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA Nº 02

As demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2012 estão apresentadas em moeda corrente nacional, em unidades de reais, e foram elaboradas consoante as práticas Contábeis emanadas da Lei 6.404/76 com alteração da Lei 11.638/07 e medida provisória 449/08, em conformidade com as normas Contábeis vigentes, em especial a resolução CFC nº 877/2000, que aprovou a NBC T-10-19, norma específica as instituições de caráter social, sem fins lucrativos.

III – DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS

NOTA Nº 03 – REGIME DE APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS E RECEITAS

As receitas e as despesas da instituição foram apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade respectivamente, sendo que aquelas vencíveis até o exercício e no Exercício seguinte foram classificados no circulante.

NOTA Nº 04 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Todos os direitos e obrigações da entidade estão representados por seus valores reais.

NOTA Nº 05 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do encerramento do Balanço, em obediência ao regime de competência do exercício.

NOTA Nº 06 – IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados estão apresentados pelo custo de aquisição, exceto os imóveis que estão avaliados a valor de mercado, e depreciados pelas taxas usuais, pelo método linear, a fim de refletir os desgastes físico-operacionais de cada bem, em relação à vida útil dos mesmos. Essa depreciação, embora tendo sido deduzido dos resultados do período, é uma despesa meramente gráfica, não tendo nenhuma influência sobre o fluxo de caixa.

NOTA Nº 07 – PROVISÃO PARA RISCOS DE CREDITOS

Saldo de R\$ 65.854,12 Constituído pela provisão para devedores duvidosos em exercícios anteriores, em função de contingências passivas remotas, expectativas de perdas potenciais sobre créditos à receber Klebson Azevedo dos Santos.

NOTA Nº 08 – PASSIVOS ONEROSOS

Os passivos onerosos estão devidamente representados pelos valores reais.

NOTA Nº 09 – FUNDOS DE APLICAÇÃO RESTRITA

A instituição não possui saldo de recursos sujeitos a restrição ou vinculações por parte do doador.

NOTA Nº 10 – RECURSOS SUJEITOS À RESTRIÇÃO

A instituição mantém seus projetos com recursos recebidos de terceiros. Esses recursos são vinculados, ou seja, está condicionada a aplicação nos projetos. Os valores recebidos são contabilizados em contas específicas no passivo e são apropriados nas contas de resultados receitas e despesas vinculadas, de acordo com a execução do projeto. Os valores não gastos permanecem no passivo, conta recursos projetos, pois representam compromisso para com os financiadores dos projetos.

NOTA Nº 11 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

No exercício de 2013 a entidade obteve o montante de R\$ 2.967.724,92 de receitas, oriundas das seguintes fontes, destinadas para projetos em atividades:

a) Doações p/ Projetos	R\$ 1.851.913,22
b) Subvenções do Poder Público	R\$ 1.104.764,45
c) Doações para Coordenação	R\$ 11.047,25
Total Geral	R\$ 2.967.724,92

NOTA Nº 12 – ORIGENS E DESTINAÇÃO DAS SUBVENÇÕES

Os recursos decorrentes de subvenções recebidas tiveram a seguinte origem:

a) Petrobrás - Projeto Berço das Águas	R\$ 634.496,83
b) Petrobrás - Projeto Raízes do Purus	R\$ 389.050,25
c) MDA – Projeto MDA	R\$ 81.217,37

NOTA Nº 13 – DAS DOAÇÕES RECEBIDAS

O montante das doações recebidas é decorrente de pessoa física e jurídica para as atividades de custeio da coordenação e dos projetos em atividades:

a) Pessoa Física p/ custeio Coordenação	R\$ 11.047,25
b) Pessoa Jurídica p/ atividades Projetos	R\$ 1.851.913,22

NOTA Nº 14 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Todos os recursos da entidade foram aplicados na manutenção de suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

Era o que tínhamos a informar e esclarecer em adendo as demonstrações contábeis e financeiras em questão.

Cuiabá – MT., 31 de Dezembro de 2013

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenador Geral

Lauro José de Souza
CRC-TC/MT 006306/O-0

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO**

Certidão n.º: GO/2014/00049589

Nome: RUI MARINHO DE OLIVEIRA CPF: 084.125.881-34

CRC/UF n.º GO-006276/O Categoria: CONTADOR

Validade: 28.10.2014

Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF: 084.125.881-34 Controle: 7249.4266.8522.2780